

Eixo Temático: Movimentos Sociais, Educação e Pedagogias Críticas na América Latina

**EDUCAÇÃO POPULAR NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E AS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GRE DE CARUARU – PE**

**EDUCACIÓN POPULAR EM COMUNIDADES ECLESIALES DE BASE Y
POLÍTICAS EDUCATIVAS EM NEL GRE DE CARUARU – PE**

Antonio Sabino da Silva¹

Resumo: As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) figuram como um importante espaço de acontecimentos da Educação Popular, uma vez que desde suas origens na década de 1960 estiveram à serviço da emancipação dos oprimidos. No Agreste central do estado de Pernambuco, existe um Centro de Formação das CEBs denominado Santuário das Comunidades. Neste local ocorrem experiências formativas diversas, tendo por base os princípios e metodologia da Educação popular, com vistas a formar as lideranças que estão inseridas nas bases, em contato com as classes populares. Sendo a Educação produto da cultura humana e que acontece em contextos formais e não formais, o presente trabalho busca investigar a relação existente entre a Educação Popular e a formulação e implementação de políticas educacionais no contexto da Gerência Regional de Ensino (GRE) Agreste Centro-Norte, cuja sede se localiza na cidade de Caruaru-PE. Dessa maneira, estabelece-se como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Qual a relação existente entre a Educação Popular e a formulação e implementação de políticas educacionais na GRE de Caruaru-PE?”. A partir da presente pesquisa, que foi baseada em fontes bibliográficas diversas, temos como resultados a evidência de que esses conteúdos de Educação Popular influencia a formulação e implementação de tais políticas, a partir do momento que um dos membros das CEBs assume a gestão da referida Gerência Regional de Ensino.

Palavras-chave: Comunidades Eclesiais de Base. Educação Popular. Políticas Educacionais.

Resumen: Las Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB) aparecen como un espacio importante para los eventos de Educación Popular, ya que desde sus orígenes en la década de 1960 han estado al servicio de la emancipación de los oprimidos. En el centro de Agreste del estado de Pernambuco, existe un Centro de Capacitación de la CEB denominado Santuário das Comunidades. Aquí se desarrollan diversas experiencias de formación, basadas en los principios y metodología de la Educación Popular, con miras a formar líderes que se inserten en las bases, en contacto con las clases populares. Dado que la Educación es producto de la cultura humana y se desarrolla en contextos formales y no formales, el presente trabajo busca investigar la relación entre la Educación Popular y la formulación e implementación de políticas educativas en el contexto de la Gestión Regional de Educación (GRE) Agreste Centro-Norte, cuya sede está ubicada en la ciudad de Caruaru-PE. De esta manera, se establece como problema de investigación la siguiente

¹ Mestrando em Educação pela Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Mata Norte. E-mail: antoniosabino.silva@upe.br.

pregunta: ¿Cuál es la relación entre la Educación Popular y la formulación e implementación de políticas educativas en el GRE de Caruaru-PE?” De esta investigación, que se basó en diversas fuentes bibliográficas, tenemos como resultados la evidencia de que estos contenidos de la Educación Popular influyen en la formulación e implementación de tales políticas, desde el momento en que uno de los miembros de las CEB asume la gestión de dicha Gerencia Regional de Educación.

Palabras clave: Comunidades Eclesiásticas de Base. Educación Popular. Políticas Educativas.

1 INTRODUÇÃO

A educação, como produto da cultura humana, está inserida em múltiplos contextos, os quais denominamos de formais e não formais, nos quais a construção do conhecimento se dá de diversas formas. Um desses contextos são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se orientam a partir da metodologia da Educação Popular, principalmente no que está relacionado ao processo de formação dos seus membros engajados. Em Caruaru-PE, existe um espaço de formação das CEBs, denominado Santuário das Comunidades. É neste espaço onde ocorrem diversos cursos de Educação Popular, ao longo do ano, e que têm contribuído com a formação de agentes de pastoral de diversas comunidades do agreste pernambucano. Um dos membros das CEBs chegou a assumir a gestão da Gerência Regional de Ensino (GRE) Agreste Centro-Norte, cuja sede está situada também em Caruaru-PE, no período entre 2007 e 2014.

Dessa maneira, nos propomos a desenvolver nossa pesquisa levando em consideração o referido período em que esta pessoa esteve à frente da gestão da supracitada GRE nos levando a problematizar qual a relação existente entre a Educação Popular e a formulação e implementação de políticas educacionais na GRE de Caruaru-PE. Se isso ocorreu, quais experiências foram incorporadas na perspectiva de potencializar uma gestão participativa e democrática? Portanto, nossa pesquisa está direcionada a estabelecer uma análise a partir de um estudo de caso realizado no contexto da referida GRE. Assim, nossa hipótese é que o modelo de Educação popular empreendido pelas CEBs tenha de fato influenciado a gestão de políticas educacionais no supracitado contexto.

2 A POSSÍVEL RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA GRE AGRESTE CENTRO-NORTE.

Inserida em múltiplos contextos, a Educação, como fruto da cultura humana, refere-se a todo o processo de construção do conhecimento, o qual se dá de diversas maneiras, em diferentes espaços (Brasil, 1996). A escola é um dos espaços onde este processo ocorre de modo formal, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social, está regulado pelo Estado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e outras legislações correlatas, com conteúdo previamente demarcado e as áreas de conhecimento divididas em disciplinas.

Porém, a LDB considera que existe um conjunto de outros espaços onde a Educação acontece, tal como nas instituições religiosas, projetos sociais, “nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996). A estes espaços, estamos nos referindo à educação não formal, que ocorre fora do sistema de ensino convencional e não resulta em obtenção de grau ou emissão de diploma. Porque não tem regulação do currículo, tem sido importante aliada dos trabalhadores e/ou das classes menos favorecidas socioeconomicamente e oprimidas na tomada de consciência sobre o mundo ao qual estamos inseridos.

Neste último caso, chamamos a atenção para o fato de que a educação formal, ou seja, a escola muitas vezes, está mais comprometida com os interesses da classe dominante e por esta razão, busca reproduzir em seu interior os interesses da referida classe. Neste aspecto, por exemplo, ao discutir o conjunto das teorias educacionais ao longo da história da educação no Brasil, Saviani (2012, p. 4) anotou que “a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização”. Uma vez que a Educação é pensada por indivíduos oriundos da classe dominante, justifica-se o fato de ela, muitas vezes, está comprometida com esta classe.

Ao reproduzir os valores da classe dominante, a escola tem formado cidadãos comprometidos com esta classe e, dessa forma, significativa parte daqueles que são oriundos das camadas populares, ao chegarem ao término de seu percurso na escola irão reproduzir em seu meio tais valores.

Entretanto, não podemos desconsiderar que a escola também possa contribuir para a constituição da transformação social, como o próprio Saviani (2012) ponderou. A obra ao qual nos referimos foi escrita há quarenta anos, tendo nela indicativos de outros traços de constituir a educação. De certo, as proposições de uma educação histórico-crítica, fundada pelo autor estão presentes no ideário educacional atualmente, haja vista que a Constituição

Federal de 1988, ao instituir a educação como direito calçou-a sob um tripé, o qual pondera que a instituição escolar cumpra com o papel de formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de agir e interagir no meio em que estão inseridos, buscando transformá-lo, tornando-o mais adequado para a vida em sociedade.

Especificamente, a Educação está posta na constituição Federal na forma:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A fórmula apresentada delinea uma hierarquização das finalidades da educação, privilegiando a formação para a cidadania. Nestes termos, Costa (2016, n.p.) afirma que é possível figurar no seguinte silogismo:

O caput do art. 53, ao tratar do direito à educação, hierarquiza os objetivos da ação educativa, colocando em primeiro lugar o pleno desenvolvimento do educando como pessoa, em segundo lugar o preparo para o exercício da cidadania e em terceiro lugar a qualificação para o trabalho.

Não podemos deixar observar, entretanto, que a política educacional e a política de currículo não são lineares ou isentas da ideologia de quem ocupa o poder central. Além disso, a perspectiva para as políticas sociais presentes no ideário dos finais dos anos 1988 marcaram profundamente as bases da nossa atual Constituição Federal. Isso implica que em sua redação, sofreu influência dos movimentos sociais que lutavam para assegurar no texto constitucional a garantia de um Estado Democrático, e a proteção dos direitos humanos fundamentais pela própria Constituição. Dessa maneira, ao ser cunhado sob forte influência dos movimentos sociais, e por meio da participação popular, nossa Constituição atende às demandas que emergem do cotidiano das classes populares, garantindo aos cidadãos e cidadãs brasileiros(as) vários direitos que lhe são fundamentais, dentre eles, o direito à Educação. Neste sentido, Fachin e Pagliarini (2018, p. 152) afirmam que

Embora tenha recebido influência dos mais diversos setores da sociedade (dos excluídos ao grande empresariado nacional e financistas), a Constituição de 1988 traz como marca indelével a atuação insistente dos movimentos sociais, organizados em diversos grupos: clubes de mães, movimentos dos favelados, comunidades eclesiais de base, movimentos do custo de vida, movimentos contra a carestia, movimentos pela saúde, movimentos pelo emprego, movimentos sindicalistas, etc.

De outro lado, a partir da década da segunda metade dos 1990 o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) implementou uma reforma de cunho neoliberal (gerencialista) no Estado brasileiro que resultou num conjunto de políticas educacionais voltadas para atender os interesses capitalistas das grandes corporações mundiais, sob o pretexto de inserir o Brasil no cenário mundial, como um país de Primeiro Mundo, dentro de um processo de Globalização.

De acordo com Hage (1999, p. 16-17), dentre as reformas implementadas pelo supracitado governo, podemos destacar: a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), transformando-o em um órgão do governo; a regulamentação do processo de escolha dos dirigentes universitários, reduzindo a participação pública de estudantes e funcionários das universidades no referido processo; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), limitando o poder de decisão dos estados e municípios em relação aos rumos da educação escolar; a promulgação da nova LDB, que incorporava os preceitos legais dos dois primeiros anos do governo FHC e eliminando o projeto original de uma LDB pautado num longo processo de debate coletivo por parte da comunidade educativa brasileira.

Somando-se a isso, outras experiências foram surgindo, como legado dessas políticas educacionais, a exemplo da reforma do currículo, por meio da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a valorização da Educação a Distância – Vídeo Escola, Tele-Escola, Telecurso 2000, TV Escola – sempre com o objetivo de formar cidadãos qualificados para o mercado de trabalho, pois “a educação escolar assume atualmente o papel de mola propulsora do desenvolvimento econômico, atuando como investimento estratégico para viabilizar a inserção competitiva do país nos novos processos econômicos internacionais” (Hage, 1999, p. 11).

Portanto, as políticas de educação funcionam como uma simbiose entre um projeto de bem-estar social e os ideários de mercado, conforme observaram Botler e Nascimento (2023), ao buscarem perceber quem são os marginalizados dentro do contexto educativo atual, demonstrando que ao incorporar significativa parcela da população que em tempos anteriores era excluída, a escola passa a ser um cenário onde emergem novas marginalidades, levando-se a questionar se, de fato, a escola tem respondido aos anseios de “qualificar o ensino/educação de modo a promover justiça social, se ela, como instrumento do Estado e da sociedade, também incorpora as suas contradições” (Botler; Nascimento, 2023, p. 57).

Saviani (2012) ajuda a entender que não basta, portanto, inserir a população na escola, é preciso dar as condições necessárias para a permanência neste espaço, que por muito tempo foi reservado a uma pequena parcela da sociedade, que mesmo sendo pública, só os mais abastados tinham, de fato, o acesso à escola. Os menos favorecidos poderiam até ingressar na escola, mas por situações diversas, mais cedo ou mais tarde eram levados a abandonar os estudos para ingressar no mundo do trabalho. Sendo assim, programas sociais como o Bolsa Família, por exemplo, têm sido de grande valia para que a criança em idade escolar, tenham o acesso e a permanência garantidos na escola. Os autores defendem que:

Esses programas têm provocado impactos positivos na educação, pois, para assegurar a disponibilização dos recursos às crianças e aos adolescentes, se condiciona a obrigatoriedade de comprovar a frequência escolar. Nesse sentido, as classes populares encontram na escola a possibilidade de proteção contra as violências, o extermínio e a exposição às oportunidades ‘desviantes de caráter’. Entretanto, estar na escola não garante o aprendizado, o que nos leva a considerar que lhes resta a qualificação do trabalho ali desenvolvido (Botler; Nascimento, 2023, p. 28).

Tendo em vista o exposto, acreditamos que quando o gestor de uma política educacional, ou de um órgão de Estado, tem formação sólida nos espaços de educação não formal não é apenas um reprodutor do *status quo* da política governamental, mas é capaz de inserir na sua prática elementos constituintes desta forma de educação. Sob esta hipótese reside nosso interesse de investigação, localizado na influência do processo educativo praticada pelas Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco na gestão da Gerência Regional de Educação (GRE) do Agreste Centro Norte, localizada em Caruaru, Pernambuco.

A GRE é um é um órgão ligado à Secretaria de Educação do Governo do Estado, que tem como objetivo a descentralização da gestão educacional no âmbito do Estado, favorecendo assim o processo de gestão democrática da Educação, e garantindo maior proximidade entre o próprio Poder Executivo e a escola, que se encontra na base, cujo gestor é selecionado por meio de um processo seletivo interno, que dentre as exigências do pleito, alguns requisitos técnicos precisam ser levados em consideração.

Conforme pontua Alves (2023, n.p.), de acordo com o edital do processo seletivo de gestores das Gerências Regionais de Ensino,

são requisitos cumulativos para participar da seleção a ocupação de cargo efetivo de professor, ou analista de gestão educacional da Secretaria de Educação do

Estado de Pernambuco, com formação em pedagogia ou demais licenciaturas, além de não ter sofrido penalidade administrativa no triênio anterior ao pleito.

Conforme afirmado acima, em Caruaru, as CEBs mantêm um centro de formação de lideranças populares instituído formalmente como Fundação Santuário das Comunidades, local em que ocorrem diversos cursos de formação das lideranças populares ao longo do ano, cujo objetivo é capacitar estas lideranças para a militância eclesial e política, própria da natureza das CEBs, que desde suas origens buscam engajamento na luta social e política visando a plena emancipação do ser humano, diante de experiências de opressão e dominação que surgem no decorrer da história do Brasil e da América Latina.

Dentre os objetivos da Associação Fundação Santuário das Comunidades do Agreste de Pernambuco, procuramos destacar o que se encontra no inciso IV do artigo 3º do Estatuto da referida Associação: “Investir na capacitação bíblica – teológica – política, de pessoas ligadas ao trabalho de CEBs, pastorais e movimentos sociais, preparando-as para melhor atuarem na Igreja e na sociedade civil” (Fundação Santuário das Comunidades, 2018, p. 1). Dessa maneira, os cursos de formação que aí acontecem, sempre são baseados nessa tríade temática e com o objetivo de uma melhor atuação na Igreja e na sociedade.

A educação popular tem como intenção, portanto, promover a emancipação das classes populares frente ao sistema opressor vigente, independente de espaço e de tempo. Como bem afirma Brutscher e Scocuglia (2017, p. 167), ao buscar construir um conceito de educação popular, afirmam que a mesma

É uma concepção que busca politizar a educação e pedagogizar a política. Ela se propõe a fazer educação com as classes populares, historicamente oprimidos e roubados (sic) em sua humanidade. A educação popular parte da tese, tão bem elaborada na ‘Pedagogia do Oprimido’, de que a atuação dos oprimidos, como sujeitos da própria libertação, recuperará tanto a humanidade roubada aos oprimidos quanto a perda dos opressores, contribuindo para humanizar os homens e as mulheres. Sendo assim, o propósito da educação popular é de potencializar a atuação dos oprimidos e, pedagógica e tecnicamente, a ação ou reação política dos que estão com a dignidade e a vida ameaçadas pela violência da injustiça social.

Logo, ao lançar um olhar para as considerações tecidas pelos autores, podemos afirmar que a educação popular tem uma razão e uma lógica de sua existência, e o *lócus* privilegiado de seu acontecimento é no seio das classes populares, pois ela surge das bases

e nas bases encontra o seu fim, isto é, o fim último da educação popular não seria outro que não fosse justamente a emancipação dos sujeitos oriundos das classes populares.

Então, podemos dizer que entre a educação formal e a educação popular constitui-se um conflito inerente à sua operacionalidade. Isto ocorre porque, num contexto de opressão, a perspectiva traduzida pelas práticas de performatividade presentes nos sistemas de ensino induzem os oprimidos a perseguir os ideais da classe dominante, pois o processo educativo reproduz os interesses desta classe no interior da escola, de modo especial quando centra os resultados nos ideários de mercado, a partir dos discursos de meritocracia, empreendedorismo e projetos de vida – fazendo parecer ser possível a ascensão social apenas pelo alcance de sucesso na escolarização.

Em sentido inverso, a educação popular estimula que os indivíduos possam romper com essas crenças e perceba os interesses, as demandas e necessidades das classes empobrecidas ou marginalizadas dando-lhe um caráter de libertadora. Em Educação libertadora, tende-se à conscientização dos indivíduos da necessidade de engajamento. Neste sentido, Freire (2021) aponta que

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um ‘tratamento’ humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua ‘promoção’. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção (p. 56).

Então, tendo como possibilidade que ambas as perspectivas podem se imiscuir na educação formal, esta pesquisa tem como objetivo analisar se existe relação entre a Educação Popular e a formulação e implementação de políticas educacionais na Gerência Regional de Educação Agreste Centro Norte. Para tanto, lançamos mão de um exaustivo estudo bibliográfico entre os meses de agosto a dezembro de 2023, na busca por informações que viessem a responder o nosso problema de pesquisa.

Para que tivéssemos sucesso nesta empreitada, propomos como modelo de investigação, a *pesquisa de abordagem qualitativa*, pelo fato de ela ser “de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (Flick, 2009, p. 20), e desse modo, se apresenta como a abordagem mais pertinente ao estudo que nos propomos a desenvolver.

Em relação ao método, elegemos o *estudo de caso*, por nos parecer o mais adequado à proposta de estudo ora apresentada. Tendo em vista que o estudo de caso, “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita

seu amplo e detalhado conhecimento” (Gil, 2017, p. 34), podemos afirmar que ao debruçarmo-nos no estudo da educação popular desenvolvida pelas CEBs e sua influência na formulação de políticas educacionais, o referido método nos possibilitou adentrarmos este território com a segurança de que aí colheríamos os frutos necessários para o desenvolvimento de uma boa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, constata-se que, de fato, o modelo educacional empreendido pelas CEBs no agreste pernambucano, tenha influenciado de maneira significativa a formulação, implementação e gestão de políticas educacionais no contexto da GRE Agreste Centro – Norte. Isso, pelo fato de a partir do momento que uma pessoa ligada a essas comunidades assumiu a gestão da gerência regional de ensino, é possível que por sua forma de pensar e agir, moldada pelo jeito de ser das Comunidades Eclesiais de Base, tenha direcionado suas ações para uma educação mais humanizada e uma forma de gestão mais democrática naquele contexto. Isso já foi possível constatar, uma vez que ao analisar alguns documentos percebemos uma nova forma de fazer gestão educacional e de implementar políticas educacionais no supracitado contexto.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alice. **Pernambuco abre inscrições para gestores de Gerências Regionais de Educação**. Disponível em: << <https://radioculturadonordeste.com.br/pernambuco-abre-inscricoes-para-gestores-de-gerencias-regionais-de-educacao/> >> Acesso em 20 fev. 2024.

BOTLER, Alice Miriam Happ; NASCIMENTO, José Almir do. **Escola e Democracia: entre políticas e práticas**. Curitiba: Appris, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <<<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>> Acesso em 26 de maio de 2024.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf>> Acesso em 26 de maio de 2024.

BRUTSCHER, Volmir José. SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Discursos da educação popular contemporânea: encontros com Michel Foucault e Paulo Freire**. João Pessoa – PB: Editora da UFPB, 2017.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **ECA comentado: ARTIGO 53/LIVRO 1 – TEMA: Educação**. Disponível em: << <https://www.fundacaotelefonicaativo.org.br/noticias/eca-comentado-artigo-53-livro-1-tema-educacao/#:~:text=53%2C%20ao%20tratar%20do%20direito,a%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho> >> Acesso em 06 de fevereiro de 2024.

FACHIN, Zulmar Antonio; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988: a construção da democracia e dos Direitos Humanos. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 6, n. 12, p. 150-160, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FUNDAÇÃO SANTUÁRIO DAS COMUNIDADES. **Reforma do Estatuto**. Caruaru: FUNDAÇÃO SANTUÁRIO DAS COMUNIDADES, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HAGE, Salomão Mufarrej. As políticas educacionais no governo Fernando Henrique Cardoso. **Revista Educação em Questão**, v. 11, n. 2, p. 10-13, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.